

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.811, DE 2023

Apensado: PL nº 5.812/2023

Acresce o §6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil a favor da vítima nos casos de assédio sexual, contados a partir do término do vínculo laboral.

**Autora:** Deputada FERNANDA MELCHIONNA

**Relator:** Deputado DIEGO GARCIA

### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei mediante o qual se propõe acrescentar § 6º ao art. 206 do Código Civil, de modo a estabelecer em 20 anos o prazo prescricional à pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual, o qual será contado a partir do término do vínculo laboral.

Ao justificar a medida, a nobre autora da proposta, Deputada Fernanda Melchiona, informa sobre o elevado número de mulheres que sofrem assédio sexual no trabalho. Consoante sustenta, muitas mulheres não realizam a denúncia formal no momento do assédio por medo de perderem o emprego e, finalmente, quando posteriormente deixam o vínculo laboral, enfrentam a possibilidade de o assédio praticado já estar prescrito.

Com base neste quadro, defende a necessidade de a contagem do prazo prescricional iniciar-se apenas ao final do contrato de trabalho, a fim de que as mulheres, vítimas de assédio, não precisem escolher entre buscar a justiça ou garantir o próprio sustento.



À proposição foi apensado o PL nº 5.812/2023, também de autoria da Deputada Fernanda Melchiona, que “acresce o inciso VI ao art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o fim do vínculo laboral como marco inicial da contagem do prazo prescricional no crime de assédio sexual”.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame conclusivo da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e mérito.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Os projetos de lei atendem aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No tocante à juridicidade, as proposições revelam-se adequadas. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. Os respectivos conteúdos possuem generalidade, inovam no ordenamento jurídico e mostram-se harmônicos com os princípios gerais do Direito.

Quanto à constitucionalidade material, cabe lembrar o art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, segundo o qual a *“ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho”*.

O projeto de lei trata exatamente da hipótese versada no dispositivo. Busca regular a prescrição da pretensão à reparação civil – crédito - pela prática de dano moral ocorrido durante a relação de trabalho, o que atrai a incidência da norma constitucional. O prazo previsto na proposta, não obstante, é mais benéfico do que o versado no art. 7º, inciso XXIX, da CF e



visa aumentar a proteção do mercado de trabalho da mulher (CF, art. 7º, inciso XX). É cediço que o art. 7º da CF/88 fixa apenas um catálogo mínimo de direitos aos trabalhadores, permitindo que outros lhes sejam acrescidos por atos normativos ou negociais, desde que proporcionem a melhoria de sua condição social. Portanto, considerados os princípios justtrabalhistas da norma mais favorável e da condição mais benéfica e a expressa previsão constitucional acerca progressividade dos direitos sociais fundamentais, o projeto é materialmente compatível com a Constituição da República, apesar de regular o tema de maneira diversa.

A proposta apensada igualmente se coaduna com as normas de caráter material constantes da Carta Magna, na medida em que reforça a proteção à dignidade das vítimas de assédio sexual e busca aumentar a efetividade da tutela penal em casos de maior vulnerabilidade.

No tocante à técnica legislativa, como se trata de regulamentar prazo prescricional referente à relação de trabalho, cabe inserir o dispositivo na CLT, e não no Código Civil. Em relação ao PL nº 5.812/2023, faz-se necessária a inserção de linha pontilhada abaixo do *caput* do art. 111 do Código Penal, a fim de preservar a redação atual de seus demais incisos.

No mérito, a proposta principal é conveniente e oportuna. Acredito, no entanto, ser demasiadamente alargado o prazo prescricional de 20 anos, ainda mais quando o termo inicial da contagem ocorrerá apenas quando a vítima da violência não mais precisará escolher entre o direito à reparação civil ou a própria subsistência.

A ampliação do prazo prescricional deve observar o princípio da proporcionalidade em sentido estrito, equilibrando o direito da vítima à reparação com o interesse público na estabilidade das relações jurídicas. Prazos demasiadamente longos produzem insegurança e dificultam a colheita de provas, podendo, paradoxalmente, frustrar o acesso efetivo à Justiça.

Atualmente, a constituição traz o prazo de cinco anos para trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.



Proponho então que sigamos a mesma lógica de precedente recente do Superior Tribunal de Justiça. Em casos de abuso sexual na infância ou adolescência, o Tribunal decidiu que a contagem do prazo também não se inicia no momento da prática do abuso, mas apenas quando a vítima toma total consciência dos danos sofridos, independentemente da idade. Não obstante, o prazo prescricional continua o mesmo da regra geral prevista para outras hipóteses de dano extracontratual, ou seja, é de três anos<sup>1</sup>.

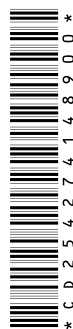
Seguindo essa linha de evolução jurisprudencial, o marco inicial da prescrição nas ações de reparação por assédio sexual no trabalho deve ser deslocado para o momento em que a vítima, livre de pressões hierárquicas e do temor de represálias, tem plena autonomia para exercer seu direito.

O substitutivo que sugiro segue parâmetros semelhantes. O termo inicial da prescrição se iniciará sempre ao final do contrato, momento no qual a vítima não terá mais o receio de perder o emprego em virtude da denúncia a ser realizada. Não obstante, o prazo prescricional será de cinco anos, o mesmo previsto na Carta da República para pleitear outros créditos oriundos da relação de trabalho.

A fixação do prazo de cinco anos, contados do término do vínculo empregatício, confere tratamento isonômico aos créditos trabalhistas e respeita a unidade principiológica do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. O prazo é suficiente para a vítima avaliar as consequências do assédio e buscar reparação, sem comprometer a previsibilidade das relações de trabalho e o equilíbrio contratual.

O substitutivo ora apresentado concilia sensibilidade social e rigor técnico, reforçando a proteção das mulheres no ambiente de trabalho sem criar distorções prescricionais incompatíveis com a Constituição.

<sup>1</sup> Prazo prescricional da indenização por abuso sexual na infância não começa automaticamente na maioridade civil. <https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/29042024-Prazo-prescricional-da-indenizacao-por-abuso-sexual-na-infancia-nao-comeca-automaticamente-na-maioridade-civil.aspx>



Embora a intenção da proposição seja louvável, a fixação de prazo prescricional de 20 anos revela-se manifestamente desproporcional e desarmônica com o sistema jurídico brasileiro.

A prescrição, como instituto de ordem pública, tem dupla função: garantir a segurança jurídica e estimular a diligência na defesa dos direitos. Ao mesmo tempo em que preserva a vítima contra obstáculos indevidos, deve também assegurar ao acusado e à sociedade a estabilização das relações jurídicas.

O ordenamento brasileiro, tanto na seara civil quanto penal e trabalhista, repudia prazos prescricionais tão extensos. O Código Civil, por exemplo, estabelece o prazo de três anos para ações de reparação civil (art. 206, §3º, V). O Código Penal, por sua vez, prevê prescrição de quatro a oito anos para o próprio crime de assédio sexual (art. 216-A c/c art. 109, incisos V e IV), que é a conduta matriz dos danos aqui tratados.

A Lei nº 12.650, de 2012, conhecida como Lei Joanna Maranhão, reforça essa lógica de proporcionalidade. A norma, ao alterar o art. 111 do Código Penal, introduziu o inciso V, estabelecendo que, *“nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes (...), o prazo prescricional tem início na data em que a vítima completar dezoito anos”*.

Nota-se que o legislador não ampliou o prazo prescricional, mas apenas adiou o termo inicial de contagem, reconhecendo a dificuldade da vítima em denunciar o agressor durante o período de vulnerabilidade. O mesmo raciocínio pode e deve inspirar o tratamento das situações de assédio sexual no ambiente de trabalho: modifica-se o marco temporal de início da contagem, e não a sua duração total.

À luz desse panorama, a criação de um prazo de 20 anos resultaria em desequilíbrio normativo, insegurança jurídica e dificuldade probatória extrema — especialmente em demandas de natureza subjetiva, nas quais a produção de prova testemunhal e documental depende da memória e da permanência dos registros internos das empresas.



Ante o exposto, o projeto revela-se compatível com a Constituição e adequado sob o prisma jurídico e técnico. O substitutivo que apresento harmoniza a necessidade de proteção da vítima com os princípios da proporcionalidade e da segurança jurídica, fixando o termo inicial da prescrição no encerramento do vínculo empregatício e mantendo o prazo de cinco anos, conforme a regra geral dos créditos trabalhistas, **meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.811, de 2023, e do Projeto de Lei nº 5.812, de 2023. No mérito, manifesto-me pela aprovação das propostas, na forma do substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA  
Relator

2025-19389

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.811, DE 2023**

Apensado: PL nº 5.812/2023

Acresce o § 4º ao art. 11 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e altera o art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para determinar que, em caso de assédio sexual, o termo inicial do prazo prescricional é o término do vínculo laboral.

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º Esta lei altera o art. 11 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e o art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para determinar que, em caso de assédio sexual, o termo inicial do prazo prescricional é o término do vínculo laboral.

Art. 2º O art. 11 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 11. ....

.....

§ 4º O termo inicial da pretensão à reparação pela prática de assédio sexual é a extinção do contrato de trabalho.” (NR)

Art. 3º O art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 111. ....

.....

VI – no crime previsto no art. 216-A deste Código, da data de término do vínculo laboral.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA  
Relator

2025-19389

